

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL

Ana Emília de Oliveira¹
Everaldo da Silva²

RESUMO: A Educação no Brasil tem passado por transformações ao longo dos últimos anos. Em meio a um mundo repleto de mudanças e inovações tecnológicas, e conseqüentemente da própria sociedade, surge a educação a distância. Antes de julgar aquilo que se apresenta com esse nome, precisamos entender o que é, e como se desenvolveu. A apresentação deste artigo tem como objetivo tratar brevemente pontos relevantes em seu contexto histórico, legal e técnico, sendo que para muitas pessoas as definições e julgamentos sobre essa modalidade de educação ainda estão em processo de construção. Com a utilização de novas tecnologias, muitas fronteiras foram ultrapassadas, e a educação a distância propõe medidas emergenciais as desigualdades sociais e inúmeras deficiências educacionais que temos em nosso país.

Palavras-Chave: Educação à distância; Inclusão social; Tecnologias da informação.

THE DISTANCE EDUCATION AND CONTRIBUTION IN YOUR SOCIAL INCLUSION

ABSTRACT: Education in Brazil has undergone changes over the past few years. Amid a world full of change and technological innovation, and therefore of society itself, the distance arises. Before you judge what is presented by that name, we must understand what it is, and how it developed. The presentation of this article aims to briefly address relevant issues in its historical, legal and technical context, and for many people the definitions and judgments of this type of education are still under construction. With the use of new technologies, many borders were exceeded, and the distance proposes emergency measures social inequalities and numerous educational deficiencies we have in our country.

Keywords: Distance education; Social inclusion; Information technology.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a falta de acesso a educação no Brasil ainda atinge milhões de pessoas, sendo que os mais afetados se encontram em áreas rurais ou dispersas geograficamente. Devido às novas tecnologias e meios de comunicação, este cenário está se modificando, levando a educação a novos rumos, forçando a aprendizagem convencional a se modernizar, confirmando com o aumento do nível de instrução dos brasileiros nos últimos anos. Com a ampliação do poder aquisitivo, a busca pelo conhecimento, a necessidade de atualização

¹ Especialista em Gestão Financeira e Custos. Pós-Graduação Uniasselvi. E-mail: anaemilia3005@gmail.com.

² Sociólogo. Doutor em Sociologia Política (UFSC). E-mail: prof.evesilva@gmail.com

contínua e com um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo impulsionam a procura pela educação, com isso, vivenciamos uma crescente expansão da educação a distância – EAD. Por meio de pesquisas bibliográficas, compreendemos como a EAD tem essa potencialidade, quais seus limites e como assegurar sua expansão garantindo qualidade de ensino. Este artigo tem como propósito ressaltar a necessidade do acesso a educação, de todos aqueles considerados minoritários e excluídos socialmente, demonstrando que a EAD aparece como resoluções das problemáticas de diversas ordens, sejam essas educacionais, sociais ou econômicas.

2 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neste ítem apresentamos inicialmente, considerações históricas sobre a EAD, e como está modalidade de educação se desenvolveu ao longo dos anos. Desde o seu surgimento, uma característica marcante na EAD é a separação física entre professor e aluno, durante maior parte do tempo, onde é necessário o uso de algum meio de comunicação. Segundo Leite e Dias (2010 p. 9) “O que diferencia a EAD praticada hoje daquela praticada tempos atrás são os meios disponíveis e adequados em cada época.” O início da educação a distância, pode ser dividido em três gerações, sendo a primeira geração no século XIX, com a correspondência. Nesta geração, o desenvolvimento de meios de impressão, transportes e mecanismos de comunicação permitiu a primeira experiência do ensino por correspondência, onde os materiais eram impressos e enviados pelo correio. A segunda geração surgiu com o desenvolvimento de novas mídias, como o rádio, telefone e televisão, permitindo uma comunicação síncrona, delimitando a expressão: tecnologia a serviço da educação. Nesta perspectiva, chegamos à terceira geração, que passou a contar com novos recursos tecnológicos: computadores, e o grande crescimento da internet, criando um novo espaço de interação. De acordo com o Ministério da Educação (2007, p.11)

Para atender às exigências de qualidade nos processos pedagógicos devem ser oferecidas e contempladas, prioritariamente, as condições de telecomunicação (telefone, fax, correio eletrônico, videoconferência, fórum de debate pela Internet, ambientes virtuais de aprendizagem, etc.), promovendo uma interação que permita uma maior integração entre professores, tutores e estudantes.

Essa geração complementou as demais, ressaltando a existência de cursos on-line, por correspondência, semipresenciais, entre outros. “Portanto, as tecnologias disponíveis em cada momento histórico influenciam a sociedade e, em particular a educação. Nesse sentido, é possível situar a EAD em termos de gerações.” (DIAS; LEITE, 2010, p.11)

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação tem sido uma realidade na vida de muitas pessoas através da oferta de diversos cursos por todo o Brasil, possibilitando o crescimento do ensino superior nos locais mais inacessíveis do país. Com uma demanda de alunos interessados em uma nova forma de

aprender, contando com recursos tecnológicos e rapidez na comunicação tornou se favorável a implantação da educação a distância. Chiarelli (2010) lembra que:

Dados do Ministério da Educação mostram que, em 2009, o número de matrículas em EAD apresentou crescimento de 7%, se comparado com o ano anterior. A importância do EAD é ter nascido para permitir que mais pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade.

Mello, C, Bergamo e Mello, R (2009, p. 135), concordam que “A Demanda pela Educação a Distância cresce a cada dia para atender às exigências do mundo globalizado em mudanças aceleradas e com menor disponibilidade de tempo e espaços formais para educação.” Alternativa ao ensino tradicional, o que antes era privilégio das classes sociais média e alta, hoje é instrumento estratégico para atender necessidades emergenciais de qualificação, sobretudo para aqueles que trabalham em tempo integral e tem obrigações que não podem ser adiadas. Conforme Preti (2000, p.128),

A EAD coloca-se hoje como uma possibilidade, como uma alternativa. Um dos traços fortes, distintivos e centrais dessa modalidade é a capacidade de se organizar para melhor viabilizar ao aprendiz a construção de sua autoformação, de sua autonomia de processo de aprendizagem.

As novas tecnologias da informação, incorporadas a educação a distância promoveram mudanças nos paradigmas educacionais, e proporciona possibilidades de que novas camadas da população busquem atualização profissional, onde o aluno tem autonomia para decidir tempo e local para dedicar-se aos estudos, exigindo disciplina de estudos e professores ou tutores especializados para atenderem necessidades específicas. “Um curso a distância geralmente atinge pessoas de diversas idades, com diferentes tipos de qualificação e níveis de escolaridade, com diferentes ambientes de estudo.” (MELLO, C, BERGAMO e MELLO, R, 2009, p. 137). Assim, permitindo a troca de informações entre pessoas em diversos níveis de conhecimento. Outro aspecto a ser considerado, é a transformação da sociedade industrial na sociedade do conhecimento, que exige profissionais capacitados e que busquem incessantemente o auto-aprimoramento, no sentido de educação continuada. Moraes (2010, p. 31, *grifo do autor*), explica “a nova maioria dos estudantes universitários é muito diferente: eles são mais velhos, freqüentam as aulas em tempo parcial, tem emprego, família e vivem fora do *campus*”.

REGULAMENTAÇÃO DA EAD

No Brasil, para a modalidade de EAD, as bases legais foram estabelecidas pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que no artigo 80, estabelece a possibilidade do uso orgânico da modalidade de educação a distância em todos os níveis de ensino. Posteriormente, foi regulamentada pelo Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que define:

Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem

ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

De acordo com o MEC (2007, p. 5),

No Decreto 5.622, ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade de educação a distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação.

Em 27 de maio de 1996, através do Decreto nº 1.917 o Ministério da Educação (MEC), criou a Secretaria de Educação a Distância (Seed), com o objetivo de inovar a partir das tecnologias nos processos de ensino aprendizagem. Conforme Alves e Nova (2003 apud DIAS e LEITE 2010, p.25) “Percebemos que os aspectos legais e técnicos favorecem a emergência de inúmeros cursos a distância em todos os níveis do ensino regular também de extensão no território nacional.” Cabe salientar, que desde que a EAD foi integrada formalmente ao ensino no Brasil, percebemos a expressivo número de estudantes que cresce em progressão geométrica e talvez no futuro, possamos utilizar somente a palavra Educação na designação dos processos de aprendizagem, pois como veremos, ainda há muita discriminação nessa modalidade.

DESCONFIANÇAS QUANTO A EAD

Apesar da acelerada expansão do ensino a distância no país, ainda há desconfianças nessa nova modalidade de ensino, sendo que em muitos casos esse sistema educacional não tem a mesma aceitação da educação presencial, pelos mais variados motivos. A EAD sempre lembrou um ensino de má qualidade e eficiência duvidosa, uma educação de segunda categoria, com uma percepção negativa, onde o medo da inovação atinge em geral aqueles que vêem sua função mudar radicalmente de configuração. Tal desconfiança vem do próprio mercado, para que possam entender que esse diploma vale tanto quanto outro, sendo que este apego ao ensino tradicional não tem mais lugar no mundo pós-internet. Litto (2010, p.69) constata,

A aprendizagem a distância ainda enfrenta alguns obstáculos, todos superáveis, mas que, em geral, são produto de tradições e costumes sociais atingidos da transição entre dois tipos de sociedade, com alguns setores demorando mais para reconhecer e se adaptar as mudanças inevitáveis.

A internet já provou ser uma ferramenta útil em qualquer modalidade de ensino, fortalecendo o aprendizado em sala de aula, e disponibilizando grande quantidade de conteúdo a ser acessado, porém com essa popularização, há uma busca desenfreada das instituições para oferecer cursos, o que pode ser um risco ao ensino brasileiro, na qual muitas esquecem que o foco principal é a aprendizagem. O que podemos notar, é que as instituições de ensino têm muito para aprender e explorar as potencialidades da internet, não apenas para leitura, mas para maior interação entre aluno e professor.

Por fim, como o estudante é o foco do processo pedagógico e freqüentemente a metodologia da educação a distância representa uma novidade, é importante que o projeto pedagógico do curso preveja, quando necessário, um módulo introdutório que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicos, referentes à tecnologia utilizada e/ou ao conteúdo programático do curso, prevendo atividades de acolhimento do estudante, assegurando a todos um ponto de partida comum. (MEC 2007, p.10)

Vale lembrar, que a graduação on-line já alcança índices superiores aos cursos tradicionais, demonstrando que nessa modalidade de ensino, o aluno tende a ser mais esforçado e focado em suas obrigações pedagógicas. A tendência é que aumente a quantidade de cursos oferecidos, pois com mensalidades até 50% mais baixas, e flexibilidade de horários, este é o caminho de muitos alunos para ter acesso ao ensino superior.

BENEFÍCIOS DE CURSAR A EAD

A EAD tem entre suas características ser um instrumento para facilitar e ampliar o acesso a educação. Por meio dela, é possível estudar em qualquer lugar onde haja acesso à internet, eliminando as barreiras de local e tempo. Para Moraes (2010, p. 17),

Desde logo, deve se evitar a redução da “educação a distância” à idéia de ensino por computadores e redes virtuais. Deve-se encarar o termo como algo mais abrangente, que engloba diversas maneiras de organizar as atividades de ensino e aprendizagem, incluindo as diferentes formas de estimular e assistir o estudo independente, a autoinstrução.

A EAD surgiu em decorrência da necessidade social, e um dos principais desafios a ser enfrentado nesse processo de expansão é a busca por um padrão de qualidade. Com as novas tecnologias propõe maior interatividade e autonomia do aluno, que deve ser responsável por suas obrigações. Para enfrentar o mercado de trabalho tão concorrido, o profissional requer atualizações permanentes, sendo que os cursos de educação a distância têm valor mais acessível e permite ao aluno a permanência em seu meio cultural, evitando mudanças comportamentais, incentivando a educação contínua. Litto (2010, p.78) fundamenta que:

Com a pressão social e profissional para cada indivíduo se aperfeiçoar constante por meio de aquisição de novos conhecimentos e novas habilidades, além da flexibilidade, da conveniência e do alcance global oferecidos pela aprendizagem a distância, muitos vão optar por essa abordagem prática, seja através de cursos, seja através de estudos não-dirigidos e não-formais.

Nesse sentido, a EAD proporciona igualdade de oportunidades a pessoas que já nascem com tantos déficits em sua vida. Segundo Moraes (2010, p. 91), “A educação a distância nasceu e se desenvolveu para permitir acesso àqueles menos favorecidos pelo ensino

presencial.” Fica o desafio para superação dos preconceitos vinculados culturalmente a educação tradicional.

INCLUSÃO SOCIAL

Vivemos em um país, onde a maioria da população não tem acesso ao ensino superior, onde há grande desigualdade social e econômica. A educação da população influi fortemente nas perspectivas futuras de participação social e a oportunidades no mercado de trabalho. Chiarelli (2010) destaca que “Apenas 9% dos brasileiros entre 18 e 24 anos cursam a universidade e só 2% chegam à universidade pública. É um dado alarmante, uma vez que tal percentual é muitas vezes menor do que o de países considerados subdesenvolvidos.” O nível de escolaridade dos pais influi diretamente no sucesso educacional dos filhos, demonstrando que é um processo que ultrapassa gerações. O capital cultural é cumulativo, dependendo da escola, da renda e do ambiente familiar. A desigualdade começa quando um cidadão é excluído ao acesso aos serviços públicos, como saúde, segurança, educação, ou seja, direitos de qualquer cidadão brasileiro. As pessoas são julgadas, pela cor, raça, etnia, origem. A exclusão social tem raízes na pobreza, na moradia inadequada, na falta de recursos e oportunidades disponíveis para outras camadas da população. No mercado de trabalho, a desigualdade social se manifesta junto ao preconceito, dificultando a entrada daqueles menos favorecidos a ocupar as melhores posições e remuneração. Para Corrêa (2007, p. 9)

[...] é importante ressaltar que a EaD tem sido uma alternativa de ensino/aprendizagem, principalmente, em um cenário marcado pelas dificuldades de acesso da nossa população ao ensino formal e pelas altas taxas de defasagem de escolarização e analfabetismo, em função de uma carga horária de trabalho que impossibilita o investimento em educação continuada. Em virtude deste quadro social marcado pela exclusão, têm aflorado discussões relativas à educação a distância [...]

A sociedade em que estamos inseridos está repleta dessas desigualdades, que refletem diretamente no sistema educacional, e cabem as instituições de ensino superior, romper essas barreiras de aprendizagem, proporcionar ensino de qualidade a alunos, que, por questões geográficas e econômicas não conseguiriam adquirir conhecimento de forma convencional. A inclusão social tem sido discutida em diversos fatores sociais. Trata-se de um processo de conquista de direitos em diversos segmentos, e em relação a educação, implica uma reforma no modo de aprendizagem, em termos de avaliação, pedagogia, agrupamento e transmissão do conhecimento. É baseado em um sistema de valores que celebra a diversidade, que tem como base a origem, a linguagem, a raça, e a nacionalidade. Paulon, Freitas e Pinho (2005, p.45) acreditam que:

A inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças.

Entende-se hoje que é preciso fazer melhor uso do conhecimento adquirido pela população, para que possam lidar, compreender, e traduzir em práticas políticas, situações reais e cotidianas como a proteção do meio ambiente, sustentabilidade, geração de empregos, cuidados com a saúde, violência, política, entre outros. Paulon, Freitas e Pinho (2005, p.45) acreditam que “Todas estas considerações impõem a necessidade de se pensar estratégias para o desenvolvimento das políticas públicas de inclusão social que, ao mesmo tempo, considerem os avanços produzidos até aqui, e não se limitem a eles.” Embora menos visível, a universidade tem responsabilidades para contribuir no processo social, na inclusão dos alunos que por algum motivo são menos favorecidos que o restante da população, e terão que se focar no conhecimento tecnológico.

De acordo com Dias e Leite (2010, p.16) “A falta de acesso ao computador e à internet ainda se configura como um grande desafio que precisa ser enfrentado, seja pelo poder público seja pela iniciativa privada.” O desafio consiste também em romper a distância presencial, as barreiras das salas de aula, daqueles que tem acesso ao uso da tecnologia, e aqueles que não têm esse mesmo acesso. Seria essa a importância de socializar o acesso, usando infra-estruturas comunicacionais que estão sendo utilizadas pelo governo. “Num país em desenvolvimento como o Brasil, de dimensões continentais, com uma diferença de renda brutal entre os mais ricos e os mais pobres, os recursos tecnológicos disponíveis não são os mesmos para todas as classes sociais.” (DIAS; LEITE, 2010, p.118). Torna-se relevante e indispensável o desenvolvimento tecnológico da população, para que teoria e prática sirvam de instrumento de inclusão e reconstrução social. Segundo Moraes (2010, p. 25),

Quando falamos de acesso a novas tecnologias de comunicação, de fato trata-se de dois tipos de acesso (e dois tipos de barreira): o acesso tecnológico (disponibilidade física de equipamento, *software*, energia elétrica, linhas de telefone, etc.) e o acesso social (além da renda, os conhecimentos, as habilidades e os hábitos de uso desses recursos).

A inclusão social é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. O modo de ensino convencional, fechado e burocratizado se tornou um obstáculo. A modalidade de EAD se torna mais conveniente, flexível, e atende à realidade do trabalhador brasileiro, daqueles que não teriam como estudar de outra forma. Na perspectiva de uma sociedade mais igualitária vem como solução a educação a distância, diante da trajetória escolar que dificulta o acesso ao ensino superior. Não podemos admitir que características genéticas, ou problemas geográficos sejam capazes de atingir o desempenho educacional, pois esses alunos que foram vítimas da desigualdade, e incorporaram uma imagem negativa da sua capacidade de aprendizagem devem ser estimulados de forma adequada para a reconstrução de sua identidade. Portanto, a EAD vem mudando essas relações sociais, atuando no combate a desigualdade, na discriminação social, dando oportunidade aqueles que não tiveram uma boa formação escolar, e que de outra formar jamais conseguiriam frequentar um curso de graduação. Preti (2000, p.39) concorda, “A EAD tem essa potencialidade, possibilitando a milhões de excluídos realizar também seus sonhos e utopias.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EAD já é uma realidade, e através das novas tecnologias e meios de comunicação, está mudando o panorama educacional brasileiro. Os desafios são enormes, e muito ainda precisa ser construído e desenhado, colocando sempre em foco a aprendizagem. Enfatizamos a importância de explorar o potencial interativo e comunicativo das tecnologias de informação e da comunicação disponíveis em tempo presente, podendo afirmar que estamos na era da mobilidade e ubiquidade. Com base na EAD, abordamos o tema inclusão social, destacando a importância de renovar e modernizar os princípios, diretrizes e práticas da educação. Podemos afirmar que essa modalidade proporciona acesso a educação, da população menos favorecida, além de melhores oportunidades de trabalho para aqueles que têm condições mínimas de freqüentar diariamente uma sala de aula. Ressaltamos também, a responsabilidade das universidades na inclusão social contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do país, para que possam formar cidadãos com educação de qualidade. Ainda muito recente, a EAD encontra-se em processo de construção pedagógica, e requer profissionais capacitados que planejem, desenvolvam e avaliem com coerência os valores deste século, pois dessa forma estarão construindo uma educação moderna. Portanto, seja a educação presencial ou a distância, é preciso buscar novos paradigmas. De acordo com o exposto, finalizamos esse artigo com referências de qualidade para a EAD, que contribui de modo fundamental na inclusão social. As facilidades tecnológicas colocam a disposição uma nova forma de aprendizagem, como maior interatividade, e não há dúvidas que a inclusão social pressupõe uma grande reforma no sistema educacional, que implica na mudança do julgamento desta modalidade. Espera-se ter contribuído para o conhecimento teórico e metodológico em relação ao tema abordado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 5622**, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> Acesso em, 19 de outubro de 2011 – 11:44.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em, 27 de outubro de 2011 – 17:00.
- CHIARELLI, Carlos Alberto. **Foco na educação**. 2010. Disponível em: <<http://www.anuarioeducativo.iela.ufsc.br/noticia/35347>>. Acesso em 08 de novembro de 2011 – 11:23.
- CORRÊA, Juliane (Org.). **Educação a distância: orientações metodológicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DIAS, Rosilânia Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância: Da legislação ao pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LITTO, Fredric M. **Aprendizagem a distância**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2010.

MELLO, Cleverson Molinari; BERGAMO, Edmir Aparecido; MELLO, Roseli Aparecida de. **Políticas Públicas de Educação: PROUNI, Conselhos Escolares e Educação a Distância**. Curitiba: Camões, 2009.

MORAES, Reginaldo C. **Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PRETI, Oreste (Org.) **Educação a Distância: construindo significados**. Cuiabá: Plano, 2000.